



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE PASSO FUNDO EM 04.05.2016

Aos 04 dias do mês de maio de 2016, compareceu à sede da 2ª Vara Trabalho de Passo Fundo a Excelentíssima Senhora **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da Assistente da Assessoria Administrativa da Secretaria da Corregedoria Adriana Stangler e da Assistente da Assessoria Técnico-Operacional Cristina Bottega, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0001593-72.2016.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Titular, Luciano Ricardo Cembranel, pelo Diretor de Secretaria, Volmar Bido, e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 06.11.1992

Data da última correição realizada: 23.06.2015

Data de Implantação do PJe: 17.09.2014

Jurisdição: Camargo, Casca, Coxilha, Ernestina, Gentil, Itapuca, Marau, Mato Castelhana, Montauri, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Passo Fundo, Pontão, Santa Cecília do Sul, Santo Antônio do Palma, Serafina Corrêa, Sertão, São Domingos do Sul, Tapejara, Vanini, Vila Lângaro, Vila Maria e Água Santa.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 04.05.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juiz Atual

Juiz	Situação	Período
Luciano Ricardo Cembranel	Juiz Titular	Desde 25.09.2012

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.04.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 2ª Vara Trabalho de Passo Fundo, pertence à 66ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, juntamente com a 1ª, 3ª e 4ª Varas da Comarca, o Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau e a 1ª,



2ª e 3ª Varas do Trabalho de Erechim. Essa circunscrição compreende 04 (quatro) vagas de zoneamento, ocupadas pelos Juízes **Paula Silva Rovani Weiler**, **Evandro Luís Urnau**, **Nelsilene Leão de Carvalho Dupin** e **Táise Sanchi Ferrão**.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Luciano Ricardo Cembranel	Juiz Titular desde 25.09.2012		Há 3 anos, 7 meses e 10 dias
2	Átila da Rold Roesler	09 a 17.02.2015	Férias do Juiz Titular	9 dias
3	Paula Silva Rovani Weiler (Juíza Substituta Zoneada na circunscrição)	18.02 a 10.03.2015	Férias do Juiz Titular	23 dias
		11 a 15.03.2015	Afastamento do Juiz Titular (PA nº 0004635-79.2013.5.04.0000)	5 dias
4	Nelsilene Leão de Carvalho Dupin (Juíza Substituta Zoneada na circunscrição)	16 a 22.03.2015	Afastamento do Juiz Titular (PA nº 0004635-79.2013.5.04.0000)	7 dias
		23.11 a 18.12.2015	Férias do Juiz Titular	26 dias
5	Evandro Luís Urnau (Juiz Substituto Zoneado na circunscrição)	23.03 a 17.05.2015 15.06 a 25.10.2015 16 a 18.11.2015 21.12.2015 a 06.01.2016 07.01 a 09.03.2016	Afastamento do Juiz Titular (PA nº 0004635-79.2013.5.04.0000)	268 dias
		15.03.2016 22 a 28.03.2016 04, 18 e 25.04.2016	Atuação como Juiz Auxiliar	11 dias
6	Táise Sanchi Ferrão (Juíza Substituta Zoneada na circunscrição)	18.05 a 14.06.2015 26.10 a 15.11.2015	Afastamento do Juiz Titular (PA nº 0004635-79.2013.5.04.0000)	47 dias
7	Sheila Spode	19 a 22.11.2015	Férias do Juiz Titular	4 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.04.2016)



2.1.4 Afastamentos do Juiz Titular durante o Período Correccionado

Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Luciano Ricardo Cembranel	Férias	09.02 a 10.03.2015 19.11 a 18.12.2015	60 dias
	Afastamento conforme PA nº 0004635-79.2013.5.04.0000	11.03 a 18.11.2015 19.12.2015 a 09.03.2016	335 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.04.2016)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores lotados na Unidade Judiciária

Considerando o que consta no Provimento CGJT nº 02/2015 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, na recomendação contida na Ata de Correição Ordinária da CGJT realizada na 4ª Região em 2015, e ainda conforme os Processos Administrativos nº 0003511-48.2015.5.04.0000 e nº 0004510-98.2015.5.04.0000, restou determinado, dentre outros aspectos, que a lotação de pessoal ocorrerá exclusivamente em Vara do Trabalho quando na circunscrição houver Posto Avançado. Assim, os servidores anteriormente lotados em Postos Avançados vinculados à Vara única foram relotados na respectiva Vara, e os servidores lotados em Postos vinculados a Foro Trabalhista com mais de uma Unidade Judiciária, foram distribuídos proporcionalmente entre as Varas pertencentes àquele Foro. Dessa forma, cada Posto Avançado funcionará com servidores lotados em Varas que estarão à disposição do Posto vinculado.

Apresenta-se na tabela a seguir parte da nova estrutura organizacional com lista de pessoal da 2ª Vara de Passo Fundo, onde constam os servidores que atualmente estão à disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau.

Servidores lotados na 2ª Vara do Trabalho de Passo Fundo				
	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Volmar Bido	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretor de Secretaria (CJ3)	06.11.1991
2	Rafaela Boscarin Mocelin (em férias)	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Titular (FC05)	11.04.2007
-	Aliana Uncini Braganholo ¹	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	01.10.2012



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

3	Cassiano Buhler	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	09.03.2011
4	Fernanda Hoffmann Zambenedetti	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretária de Audiência (FC03)	11.11.2014
5	Darlan Covatti	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	05.10.1998
6	Noeli Frohlich	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	17.09.2007
7	Mariana Dalago Bohrer	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	19.12.2011
8	Ricardo Góes de Azambuja	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	12.02.2007
9	Juliana Maschio	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	11.07.2013
10	Andressa Dalla Lana	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	18.02.2014

Servidores lotados na 2ª Vara do Trabalho de Passo Fundo à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau				
	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
11	Daiane Baptista Ferreira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	07.01.2015
12	Everton Leandro Michel	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	02.07.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 11.04.2016 e revisão em 26.04.2016)

¹ A servidora registra lotação anterior na Unidade Judiciária de 19.04.2007 a 08.03.2011.

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.269 processos	1.001 a 1.500	12 servidores	11 a 12 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas



Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando ao cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 2ª Vara Trabalho de Passo Fundo está **de acordo** com os parâmetros previstos nas referidas normas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Aliana Uncini Braganholo	Licença-Gestante (LG)	120	212
	Licença-Gestante Prorrogação(LG)	60	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	32	
Andressa Dalla Lana	Curso ou Evento (CURS)	2	2
Cassiano Buhler	Curso ou Evento (CURS)	3	3
Daiane Baptista Ferreira* <i>(desde 07.01.2015)</i>	Curso ou Evento (CURS)	2	2
Darlan Covatti	Curso ou Evento (CURS)	2	2
Everton Leandro Michel* <i>(desde 02.07.2015)</i>	Curso ou Evento (CURS)	3	3
Fernanda Hoffmann Zambenedetti	Curso ou Evento (CURS)	2	2
Juliana Maschio	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	27	28
	Licença para Tratamento de Saúde - odontológico (LTS)	1	
Mariana Dalago Bohrer	-	-	-
Noeli Frohlich	Curso ou Evento (CURS)	2	2
Rafaela Boscarin Mocelin	-	-	-
Ricardo Góes de Azambuja	-	-	-
Volmar Bido	Curso ou Evento (CURS)	4	4

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 11.04.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correcionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.



2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o **movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015**. Na Vara do Trabalho inspecionada, houve restrição de horário dos expedientes externo e interno no período de 22.06 a 14.09.2015, mantidos a realização de audiências e o curso dos prazos processuais, totalizando 2 meses e 23 dias de adesão à greve pelos servidores, conforme as **Portarias nºs 01 e 02/2015** da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro, expedidas pela Juíza Diretora do Foro à época, Cristiane Bueno Marinho.

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 11.04.2016 e revisão em 27.04.2016, não houve movimentação de servidores na Unidade Judiciária durante o período correccionado.

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação do Juiz Titular e dos Juizes Substitutos Zoneados durante o Período Correccionado

Juiz (a)		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	Luciano Ricardo Cembranel	-	-	38,5	38,5
Substitutos zoneados	Evandro Luís Urnau	-	-	67,5	67,5
	Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	-	-	36	36
	Paula Silva Rovani Weiler	-	-	69,5	69,5
	Taise Sanchi Ferrão	-	-	6	6

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 11.04.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Aliana Uncini Braganholo	-	-	-	-
Andressa Dalla Lana	-	-	12	12
Cassiano Buhler	40	-	101	141
Daiane Baptista Ferreira	-	20	140	160
Darlan Covatti	-	-	12	12
Everton Leandro Michel	40	20	-	60



Fernanda Hoffmann Zambenedetti	-	-	12	12
Juliana Maschio	20	-	73	93
Mariana Dalago Bohrer	-	-	160,5	160,5
Noeli Frohlich	20	-	32	52
Rafaela Boscarin Mocelin	-	-	10	10
Ricardo Góes de Azambuja	-	-	-	-
Volmar Bido*	-	-	26,5	26,5

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 11.04.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

* Gestor da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 2ª Vara do Trabalho de Passo Fundo foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 1.001 a 1.500 processos por ano. **Essa média foi obtida com a soma dos processos que tramitam na própria Unidade, bem como aqueles que tramitam no Posto Avançado de Marau, mas que estão vinculados à 2ª Vara do Trabalho de Passo Fundo.**

Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 1.001 a 1.500 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Alvorada - 1ª Vara	1.033	1.069	1.161	1.087,67
Bagé - 1ª Vara	1.261	1.354	1.222	1.279,00
Bagé - 2ª Vara	1.251	1.362	1.212	1.275,00
Cachoeirinha - 1ª Vara	1.289	1.372	1.616	1.425,67
Cachoeirinha - 2ª Vara	1.298	1.379	1.606	1.427,67
Camaquã - 1ª Vara	780	1.239	1.072	1.030,33
Canoas - 1ª Vara	1.377	1.463	1.625	1.488,33
Canoas - 2ª Vara	1.365	1.496	1.555	1.472,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Canoas - 3ª Vara	1.413	1.431	1.556	1.466,67
Canoas - 4ª Vara	1.368	1.497	1.581	1.482,00
Carazinho - 1ª Vara	1.351	1.520	1.492	1.454,33
Caxias do Sul - 6ª Vara	1.329	1.423	1.594	1.448,67
Cruz Alta - 1ª Vara	1.009	1.160	1.261	1.143,33
Farroupilha - 1ª Vara	936	1.118	1.303	1.119,00
Gramado - 1ª Vara	932	1.047	1.230	1.069,67
Gramado - 2ª Vara	933	1.043	1.207	1.061,00
Gravataí - 1ª Vara	1.203	1.373	1.522	1.366,00
Gravataí - 2ª Vara	1.200	1.348	1.506	1.351,33
Gravataí - 3ª Vara	1.204	1.359	1.524	1.362,33
Gravataí - 4ª Vara	1.214	1.343	1.515	1.357,33
Ijuí - 1ª Vara	1.110	1.202	1.006	1.106,00
Lajeado - 1ª Vara	1.203	1.362	1.219	1.261,33
Lajeado - 2ª Vara	1.223	1.359	1.197	1.259,67
Montenegro - 1ª Vara	1.256	1.314	1.308	1.292,67
Novo Hamburgo - 1ª Vara	1.218	1.263	1.230	1.237,00
Novo Hamburgo - 2ª Vara	1.260	1.286	1.252	1.266,00
Novo Hamburgo - 3ª Vara	1.263	1.327	1.222	1.270,67
Novo Hamburgo - 4ª Vara	1.301	1.292	1.248	1.280,33
Novo Hamburgo - 5ª Vara	1.236	1.305	1.218	1.253,00
Palmeira das Missões - 1ª Vara	1.068	1.013	1.350	1.143,67
Passo Fundo - 1ª Vara	1.229	1.185	1.448	1.287,33
Passo Fundo - 2ª Vara	1.144	1.165	1.499	1.269,33
Passo Fundo - 3ª Vara	1.188	1.414	1.383	1.328,33
Passo Fundo - 4ª Vara	1.191	1.402	1.439	1.344,00
Pelotas - 1ª Vara	1.235	1.164	1.115	1.171,33
Pelotas - 2ª Vara	1.234	1.168	1.112	1.171,33
Pelotas - 3ª Vara	1.237	1.155	1.098	1.163,33
Pelotas - 4ª Vara	1.228	1.171	1.110	1.169,67
Porto Alegre - 18ª Vara	1.500	1.111	1.504	1.371,67
Santa Cruz do Sul - 1ª Vara	1.188	1.186	1.295	1.223,00
Santa Cruz do Sul - 2ª Vara	1.275	1.202	1.360	1.279,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Santa Cruz do Sul - 3ª Vara	1.146	1.223	1.319	1.229,33
Santa Maria - 1ª Vara	1.135	1.197	1.360	1.230,67
Santa Maria - 2ª Vara	1.134	1.195	1.323	1.217,33
Santo Ângelo - 1ª Vara	1.160	1.330	1.250	1.246,67
São Jerônimo - 1ª Vara	970	1.104	1.120	1.064,67
Sapiranga - 1ª Vara	1.407	1.509	1.282	1.399,33
Sapiranga - 2ª Vara	1.411	1.447	1.268	1.375,33
Sapiranga - 3ª Vara	1.411	1.447	1.280	1.379,33
Taquara - 1ª Vara	1.398	1.379	1.349	1.375,33
Taquara - 2ª Vara	1.408	1.342	1.588	1.446,00
Taquara - 3ª Vara	1.411	1.347	1.333	1.363,67
Taquara - 4ª Vara	1.399	1.331	1.360	1.363,33
Triunfo - 1ª Vara	1.211	1.473	1.160	1.281,33
Uruguaiana - 1ª Vara	1.588	1.273	1.161	1.340,67
Uruguaiana - 2ª Vara	1.581	1.254	1.140	1.325,00
Unidades com 1.001 a 1.500 processos por ano	69.303	72.293	74.266	1.284,89

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.595	1.779	11,54%	1.828	2,75%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	134	148	10,45%	159	7,43%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.577	1.665	5,58%	1.703	2,28%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	152	148	-2,63%	145	-2,03%
Total	3.458	3.740	8,16%	3.835	2,54%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

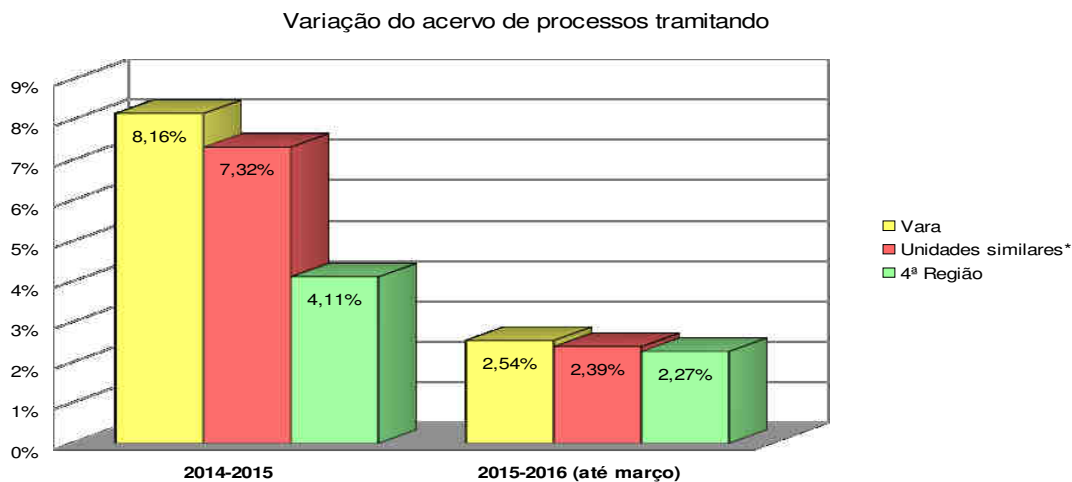


** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve majoração de 8,16% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 184 processos); por sua vez, o acervo de cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução foi o único que registrou queda (4 processos, o que importa em um decréscimo de 2,63%) no período sob análise.

A variação do acervo de processos na 2ª Vara Trabalho de Passo Fundo em 2015 foi superior ao resultado apresentado pelas demais Unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, que avançou 7,32%, e superou a média de toda 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 4,11% dos processos em tramitação. Ademais, no período de janeiro a março de 2016, o estoque de processos tramitando avançou 2,54%, índice similar tanto à média das Unidades com tramitação processual de 1.001 a 1.500 processos por ano quanto à média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Varição 2015-2016
Casos novos	1.167	1.499	28,45%	407	-72,85%
Sentenças anuladas/reformadas	1	4	300,00%	1	-75,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	1.023	1.258	22,97%	396	-68,52%
Processos pendentes de solução	652	784	20,25%	822	4,85%

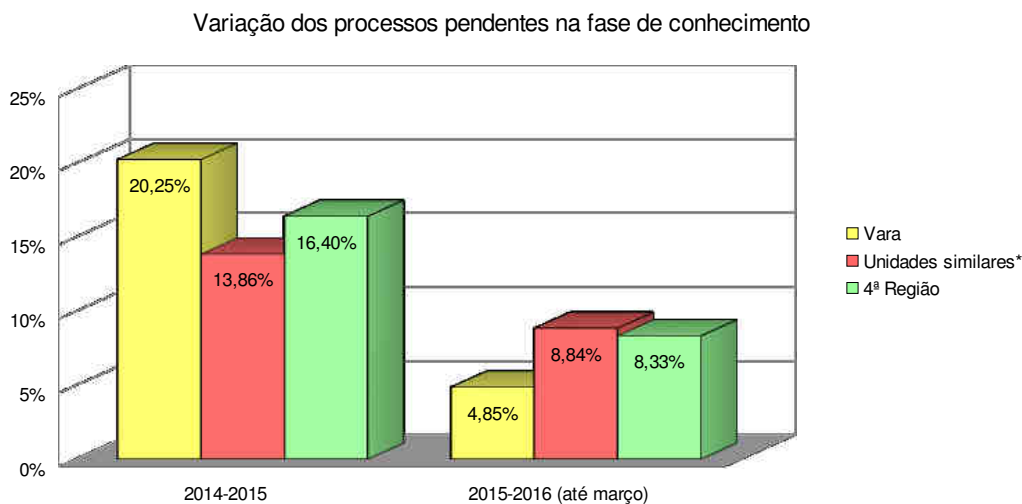
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)



* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 20,25% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 652 para 784 processos). Referido aumento foi superior à média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação de 13,86% em seus processos pendentes), e superior à média de todo o regional (onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%). O principal motivo para o aumento do estoque na Unidade foi o número de casos novos ter superado o de processos solucionados no ano 2015 em 241 processos (diferença superior à do ano anterior, que foi de 144 processos).

Outrossim, os dados dos três primeiros meses de 2016 apontam aumento de 4,85% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice foi inferior tanto à média das unidades com tramitação processual similar (8,84%), quanto à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2016 (8,33%), conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015 (52,42%). Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31/03/2016, houve aumento de 07 processos no número de feitos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Varição 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	157	270	71,97%	303	12,22%
Aguardando encerramento da instrução	429	411	-4,20%	472	14,84%



Aguardando prolação de sentença – no prazo	49	95	93,88%	23	-75,79%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	17	8	-52,94%	24	200,00%
TOTAL	652	784	20,25%	822	4,85%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Passo Fundo – 2ª Vara	87,66%	83,92%	-4,26%	97,30%	15,94%
Unidades similares*	86,02%	89,46%	4,00%	74,68%	-16,52%
TRT4 - 1ª Instância	85,97%	89,11%	3,66%	75,96%	-14,76%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 83,92% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se uma redução de 4,26% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade teve desempenho pior do que a média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e do que média geral do TRT4 em 5,54 e 5,19 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Passo Fundo – 2ª Vara	60,11%	59,20%	-1,51%	33,25%	-43,84%
Unidades similares*	55,92%	54,87%	-1,88%	19,89%	-63,76%
TRT4 - 1ª Instância	55,85%	55,20%	-1,16%	20,26%	-63,30%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados na 2ª Vara Trabalho de Passo Fundo foi de 59,20% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 1,51% inferior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho superou a média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual em 4,33 pontos percentuais e em 4,00 pontos percentuais a média de toda a 4ª Região.



3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 31/03/2016)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	397	38,81	519	41,26	129	32,58
	Julgado procedente	33	3,23	26	2,07	13	3,28
	Julgado procedente em parte	378	36,95	417	33,15	191	48,23
	Julgado improcedente	110	10,75	113	8,98	37	9,34
	Extinto	11	1,08	4	0,32	3	0,76
	Outras decisões	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	SUBTOTAL	929	90,81	1.079	85,77	373	94,19
Sem exame de mérito	Extinto	20	1,96	74	5,88	7	1,77
	Arquivamento (art. 844 CLT)	39	3,81	77	6,12	11	2,78
	Desistência	20	1,96	22	1,75	2	0,51
	Outras decisões	15	1,47	6	0,48	3	0,76
	SUBTOTAL	94	9,19	179	14,23	23	5,81
TOTAL	1.023	100	1.258	100	396	100	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

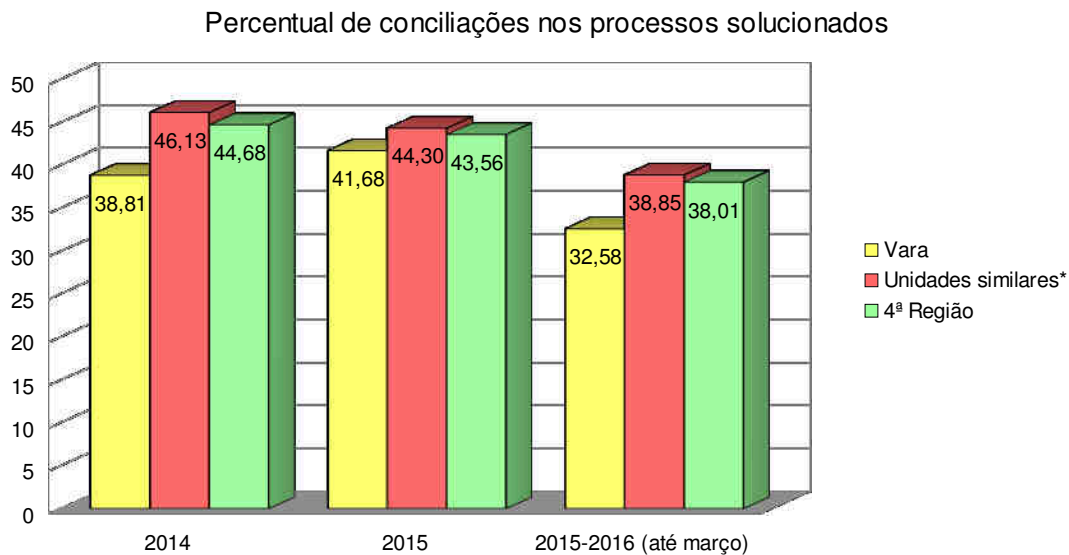
Verificou-se aumento de 235 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 22,97%. Essa elevação é positiva, sendo superior das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação média de 2,60% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2014) e também superior à média de todo o regional que, em 2015, apresentou um aumento de 8,13% no número de processos solucionados em relação ao ano anterior.

Dentre os tipos de solução, verificou-se incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 532 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 560 decisões, representando um aumento de 5,26%. Entretanto, o desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao resultado médio obtido no conjunto das demais varas similares, que alcançou 8,33%, bem como da média das unidades de primeira instância de toda a 4ª Região, que avançou 7,56%.

Ademais, a análise do quadro acima demonstra aumento do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 397, representando 38,81% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações subiu para 519, correspondendo a 41,26% das soluções na fase de conhecimento – índice ainda inferior à média das unidades similares à



correcionada, que foi de 44,30%, e à média regional de 2015, que foi de 43,56%, conforme explicitado no gráfico que segue. Por fim, constata-se que entre janeiro e março do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 32,58%, resultado abaixo da média das unidades com movimentação similar e da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Iniciadas	220	343	55,91%	127	-62,97%
Encerradas	196	306	56,12%	59	-80,72%
Pendentes	133	151	13,53%	158	4,64%
Arquivo Provisório	2	2	0,00%	2	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação avançou de 133, em 2014, para 151, em 2015, importando em uma elevação de 13,53%. Esse percentual foi superior à média das demais unidades com tramitação processual similar, cujo aumento foi de 10,05%, e superior também ao índice de toda a primeira instância da 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação aumentou 5,88%.

Um dos principais motivos dessa elevação foi o aumento de 55,91% no número de liquidações iniciadas na Unidade na comparação entre esses dois períodos. Constata-se, nessa senda, que o número de liquidações iniciadas em 2015 superou o número de liquidações encerradas no mesmo período.



Nos três primeiros meses de 2016, houve avanço de 07 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2015 - o que corresponde a um aumento de 4,64%, índice superior das unidades similares à correccionada, que foi de 3,76%, e à média regional de 2015, que foi de 2,18%.

3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Passo Fundo – 2ª Vara	89,09%	89,21%	0,14%	46,46%	-47,93%
Unidades similares*	84,69%	89,42%	5,59%	80,29%	-10,21%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	81,81%	-7,49%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 89,21% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma elevação de 0,14% em relação ao índice do ano anterior. Por outro lado, o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e superior à média geral do TRT4 em 0,21 e 0,78 pontos percentuais, respectivamente.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Passo Fundo – 2ª Vara	55,37%	64,29%	16,11%	21,22%	-66,99%
Unidades similares*	56,00%	55,23%	-1,37%	22,07%	-60,04%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	22,21%	-59,11%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 2ª Vara Trabalho de Passo Fundo em 2015 foi de 64,29% do número total de liquidações a encerrar – resultado 16,11% superior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho superou à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 – em 9,06 e 9,97 pontos percentuais, respectivamente.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

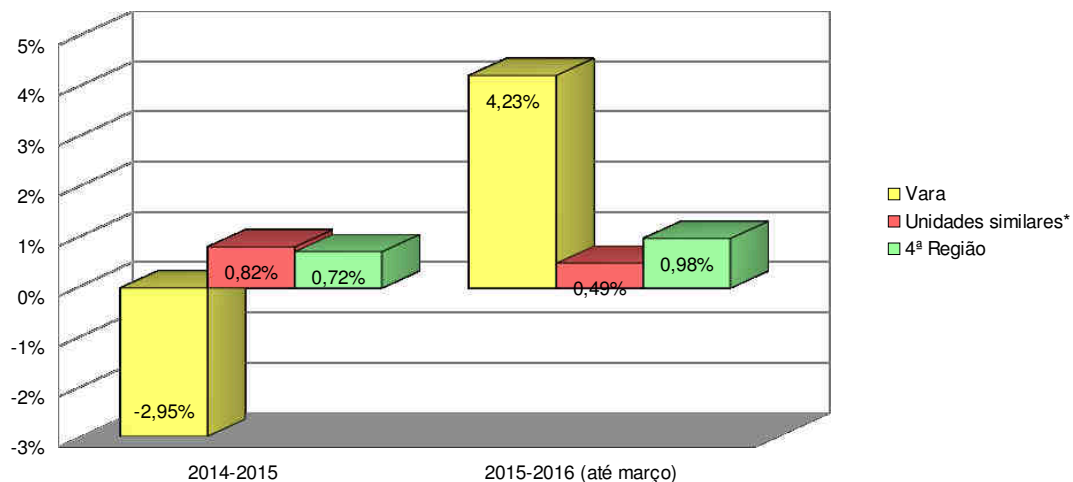
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31/03/20 16)	Varição 2015-2016
Entrada	Iniciadas	452	492	8,85%	171	-65,24%
	Desarquivadas para prosseguimento	267	66	-75,28%	6	-90,91%
Saídas	Encerradas	475	528	11,16%	125	-76,33%
	Arquivadas Provisoriamente	69	72	4,35%	11	-84,72%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	34	25	-26,47%	19	-24,00%
	Demais	746	732	-1,88%	770	5,19%
	Total	780	757	-2,95%	789	4,23%
Saldo no arquivo Provisório		1.211	1.204	-0,58%	1.207	0,25%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na 2ª Vara Trabalho de Passo Fundo caiu de 780 para 757 processos, o que corresponde a um recuo de 2,95% em relação ao ano anterior. Esse índice vai de encontro à tendência apresentada tanto nas unidades com tramitação processual similar, quanto na 4ª Região, no período em questão, a qual registrou uma elevação em seus acervos médios de execução de 0,82% e 0,72%, respectivamente. O principal fator a contribuir para essa redução foi o aumento de 11,16% no número de execuções encerradas na Unidade em relação ao ano anterior.

Por sua vez, os dados colhidos no período de janeiro a março de 2016 apontam aumento de 4,23% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado maior que as médias das demais unidades similares e a regional no mesmo período, que avançaram 0,49% e 0,98%, respectivamente.

Varição dos processos pendentes na fase de execução





3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Passo Fundo – 2ª Vara	105,09%	107,32%	2,12%	73,10%	-31,88%
Unidades similares*	98,23%	79,12%	-19,45%	74,80%	-5,46%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	67,51%	-15,64%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 107,32% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma majoração de 2,12% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 28,20 e 27,29 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Passo Fundo – 2ª Vara	17,87%	21,26%	18,99%	5,86%	-72,43%
Unidades similares*	15,10%	14,08%	-6,76%	4,01%	-71,51%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	3,94%	-74,38%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas 2ª Vara Trabalho de Passo Fundo em 2015 foi de 21,26% do número total de execuções a encerrar – resultado 18,99% maior que o verificado no ano anterior. Esse desempenho foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 7,18 e 5,87 pontos percentuais, respectivamente.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	312	206	-33,97%	50	-75,73%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	265	163	-38,49%	47	-71,17%



Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.660	1.661	0,06%	1.556	-6,32%
---	--------------	--------------	--------------	--------------	---------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 2ª Vara Trabalho de Passo Fundo, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31/03/2016. Dessa consulta, resultou uma lista de **41 processos** que foram redistribuídos a outras unidades judiciárias e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de demonstração, relaciona-se a situação processual no processo abaixo:

1	Processo nº 0000260-49.2010.5.04.0662
Situação processual: em 14/12/2012 o processo foi redistribuído para a 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo, sem compensação. Histórico BNDT: em 06/12/2012 a executada Cooperativa dos Trabalhadores de Passo Fundo Ltda. (em liquidação) foi incluída no BNDT com a observação “Sem garantia total do juízo”.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 04.04.2016)

Além do processo supradescrito, também se encontram com reclamados inscritos no BNDT, apesar de terem sido redistribuídos a outras unidades judiciárias, os seguintes processos:

0000529-54.2011.5.04.0662	0001811-64.2010.5.04.0662	0067800-71.1997.5.04.0662
0000288-17.2010.5.04.0662	0005500-53.2009.5.04.0662	0069600-27.2003.5.04.0662
0000529-54.2011.5.04.0662	0007400-42.2007.5.04.0662	0079700-36.2006.5.04.0662
0000553-19.2010.5.04.0662	0011200-15.2006.5.04.0662	0109200-45.2009.5.04.0662
0000744-64.2010.5.04.0662	0019200-33.2008.5.04.0662	0135900-92.2008.5.04.0662
0000810-44.2010.5.04.0662	0027700-54.2009.5.04.0662	0147100-96.2008.5.04.0662
0000956-85.2010.5.04.0662	0035300-29.2009.5.04.0662	0149000-85.2006.5.04.0662
0001017-43.2010.5.04.0662	0037600-61.2009.5.04.0662	0155500-65.2009.5.04.0662
0001019-13.2010.5.04.0662	0039400-27.2009.5.04.0662	0167700-07.2009.5.04.0662
0001210-58.2010.5.04.0662	0049200-79.2009.5.04.0662	0173700-23.2009.5.04.0662



0001541-06.2011.5.04.0662	0052500-74.1994.5.04.0662	0177500-30.2007.5.04.0662
0001686-62.2011.5.04.0662	0055400-49.2002.5.04.0662	0187300-14.2009.5.04.0662
0001749-24.2010.5.04.0662	0056600-86.2005.5.04.0662	-
0229300-97.2007.5.04.0662	0062500-45.2008.5.04.0662	-

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

Incidentes processuais									
	2014			2015			2016 (até 31/03/2016)		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
Embargos de declaração	143	155	11	170	150	26	29	30	27
Antecipações de tutela	61	33	29	162	112	52	57	40	45
Impugnações à sentença de liquidação	38	39	22	57	47	35	16	19	33
Embargos à execução	52	39	41	114	73	63	36	38	64
Embargos à arrematação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Embargos à adjudicação	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	7	0	8	22	4	12	5	0	27
TOTAL	301	266	112	525	386	188	143	127	196

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 525 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 74,42% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados subiu 45,11% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 266 para 386; em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2015 subiu de 112 para 188 processos. Destaca-se, por fim, que em 31/03/2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 196 processos, saldo 4,26% superior ao do final do período anterior – sendo que os embargos à execução são a espécie que correspondem à maior parte (32,65%) dos incidentes ainda pendentes.



Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

1	Processo nº 0001400-55.2009.5.04.0662
Situação processual: em 06/08/2014 foi apresentada pela parte autora petição de impugnação à sentença de liquidação, a qual não foi recebida (decisão lançada por despacho de mero expediente, em 18/09/2014, e conclusão equivalente, em 15/09/2014), permanecendo pendente o incidente até a presente data.	
2	Processo nº 0020577-92.2015.5.04.0662
Situação processual: em 01/06/2015 foi apresentada pedido de antecipação de tutela juntamente com a petição inicial, o qual foi apreciado por meio de conclusão para despacho e despacho de mero expediente, ambos em 02/06/2015, permanecendo pendente o incidente até a presente data.	
3	Processo nº 0120400-88.2005.5.04.0662
Situação processual: em 27/07/2015 foram apresentados embargos de declaração, havendo sido lançado andamento de conclusão para despacho, em 29/09/2015, e decisão em despacho de mero expediente em 01/10/2015.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 04.04.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Média Sumaríssimo	84,32	60,95	-27,71%	70,48	15,64%
	Média Ordinário	248,93	250,55	0,65%	210,65	-15,92%
	Média Geral	228,61	233,42	2,10%	197,76	-15,28%

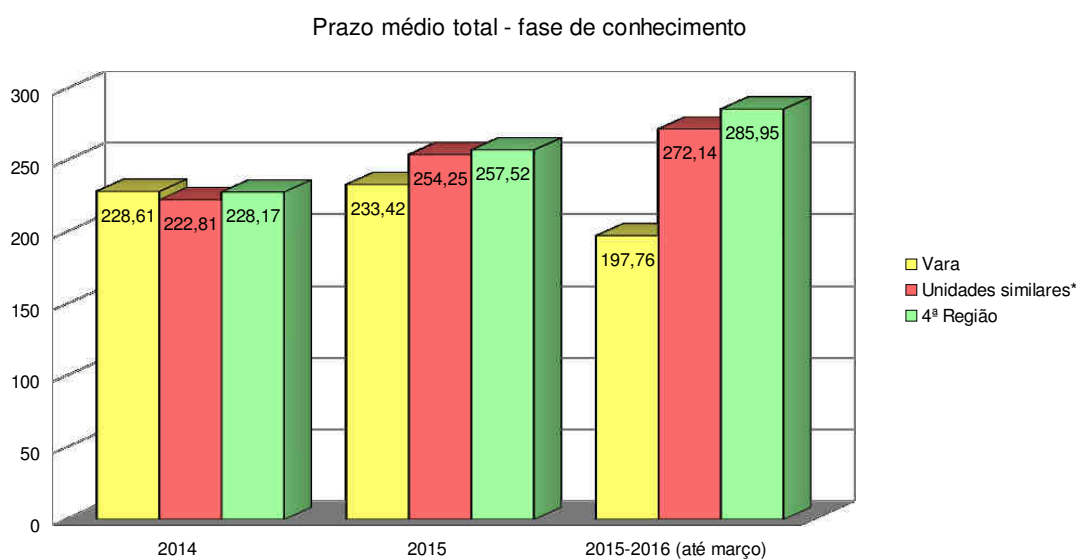
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 2ª Vara Trabalho de Passo Fundo apresentou uma queda de 2,10%, passando de 228,61 para 233,42 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou queda de 27,71% em relação à média do ano anterior, passando de 84,32 para 60,95 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 250,55 dias, 0,65% mais moroso na comparação com 2014. Registra-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e março de 2016 apontam uma queda de 15,28% no prazo médio de tramitação na fase de



conhecimento.

A seu turno, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 8,19% mais célere (20,83 dias) do que a média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 9,36% mais célere (24,10 dias) que a média de toda as Unidades de 1ª instância do TRT4, reduzindo diferença verificada no ano de 2014, momento em que a unidade possuía desempenho aquém das demais unidades similares e da 4ª Região como um todo. Outrossim, os dados dos primeiros três meses de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi 27,33% mais curto (74,38 dias) que as demais Unidades Similares, e 30,84% mais curto que o da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Varição 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Média Sumaríssimo	88,38	84,25	-4,67%	230,00	173,00%
	Média Ordinário	156,16	175,62	12,46%	168,27	-4,19%
	Média Geral	151,68	171,45	13,04%	170,4	-0,62%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

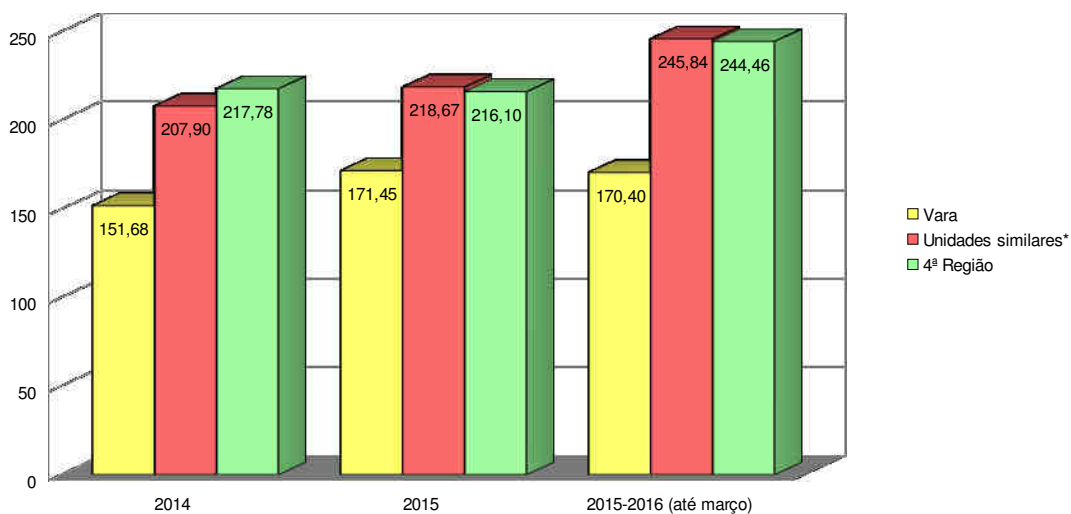
No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 84,25 dias, o que equivale a uma redução de 4,67% em relação à média do ano anterior. Por sua vez, no rito ordinário o prazo médio alcançou 175,62 dias, 12,46% mais moroso na comparação com 2014. A seu turno, os dados do ano de 2016, colhidos de janeiro a março, apontam uma tendência de redução do prazo médio geral entre



o início e o encerramento da liquidação de 0,62% em relação ao ano anterior.

Apesar da elevação registrada, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 21,59% mais célere (47,22 dias) que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 20,66% mais ágil (44,65 dias) na comparação com a média da 1ª instância de toda a 4ª Região. Outrossim, os dados do período de janeiro a março de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 30,69% mais curto (75,44 dias) que as demais Unidades Similares, e 30,30% mais curto (74,06 dias) que o da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.

Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Média Ente Privado	386,58	466,32	20,63%	607,46	30,27%
	Média Ente Público	730,89	787,45	7,74%	433,87	-44,90%
	Média Geral	416,52	553,48	32,88%	592,20	6,99%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 386,56 dias, em 2014, para 466,32 dias, em 2015. Em 2016 (janeiro a março), da mesma forma, a média aumentou para 607,46 dias, prazo 30,27% maior que a do período anterior.

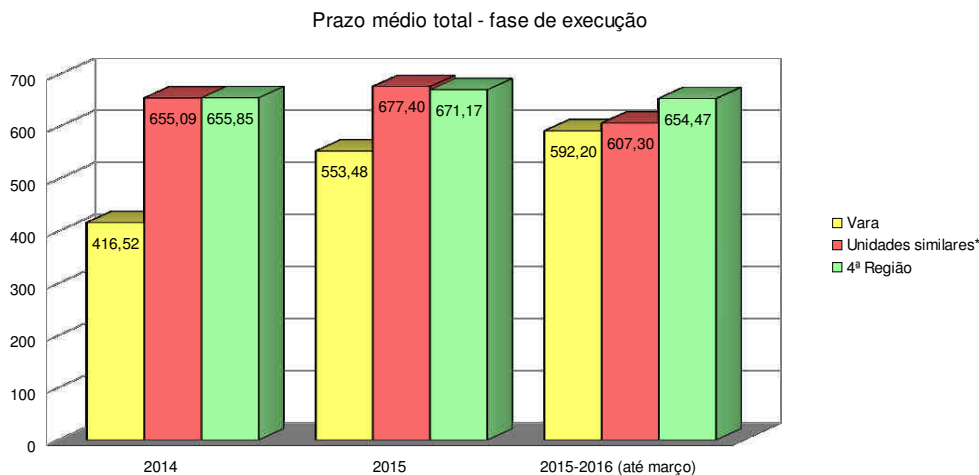
Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 730,89 dias, em 2014, para 787,45, em



2015. Todavia, nos primeiros três meses de 2016, o lapso de tramitação recuou para 433,67 dias, que equivale a uma redução 44,90% na comparação com 2015.

Na comparação com os dados das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 2ª Vara Trabalho de Passo Fundo foi 18,29% mais célere (123,91 dias), e prazo 17,53% mais curto (117,68 dias) que a média de toda a 4ª Região. Sinala-se que a Unidade em 2015 apresentou desempenho abaixo daquele verificado em 2014 – quando as médias processuais na Unidade também foram mais céleres que as das demais unidades de faixa de movimentação processual similar e da média geral de todo o TRT4, mas em maior escala.

Finalmente, verifica-se que nesses três primeiros meses de 2016, o prazo médio da Unidade foi 2,49% menor (15,10 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar, e 9,52% menor (62,27 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.499	1.258	83,92%	Meta não cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.



META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
534	530	99,25%	Meta já cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
492	418	84,96%	Meta não cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
0	0	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014		Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015	Valor máximo que deveria ter sido alcançado em 31.12.2015	Resultado
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	Meta cumprida
2º	Estado do Rio Grande do Sul	18	1	17	Meta cumprida
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	26	0	25	Meta cumprida
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	7	2	6	Meta cumprida



5º	União	10	3	9	Meta cumprida
6º	OI S.A.	2	3	1	Meta não cumprida
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	12	5	11	Meta cumprida
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	4	5	3	Meta não cumprida
9º	Banco do Brasil S.A.	19	15	18	Meta cumprida
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	228,61	244,24	226,33	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	425	397	411	519	416	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.01.2016	Solucionados até 31/03/2016	%	Resultado parcial (até 31/03/2016)
407	396	97,30%	Período de apuração insuficiente para verificar cumprimento da meta



5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 31/03/2016	%	Resultado parcial (até 31/03/2016)
565	552	97,70%	Meta já cumprida

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31/03/2016)	Meta para 2016	Resultado parcial (até 31/03/2016)
Total de acordos	425	397	411	129	420	Período de apuração insuficiente para verificar cumprimento da meta
Média mensal de acordos	35,42	33,08	34,25	43,00	35	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31/03/2016)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até 31/03/2016)
171	141	82,46%	Período de apuração insuficiente para verificar cumprimento da meta

* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado parcial (até 31/03/2016)
0	Meta já cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.



META 7/2016 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015		Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (31/03/2016)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2016 para alcance da meta	Resultado parcial (até 31/03/2016)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	Período de apuração insuficiente para verificar cumprimento da meta
2º	União	3	2	2	
3º	Estado do Rio Grande do Sul	1	1	0	
4º	Caixa Econômica Federal - CEF	5	8	4	
5º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	2	3	1	
6º	OI S.A.	3	5	2	
7º	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	3	4	2	
8º	Claro S.A.	4	3	3	
9º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	
10º	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	18	20	17	

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas pela manhã e tarde, às quartas e quintas pela manhã. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

Juiz Titular	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	6(I) 3(P) 3(S)	-	6(I) 3(P) 3(S)	6(I) 3(P) 3(S)	
Tarde	-	-	-	-	-

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 04.05.2016)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Juiz Auxiliar	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	-	-	-
Tarde	2(U) 4(P)	-	-	-	-

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 04.05.2016)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	Juiz Titular	Juiz Auxiliar	Juiz Titular	Juiz Auxiliar
Inicial	06.06.2016	-	06.06.2016	-
Una Sumaríssimo	07.06.2016	-	07.06.2016	-
Instrução	13.10.2016*	12.07.2016	03.11.2016	27.06.2016
Tentativa de acordo em execução	-	-	-	-

Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 04.05.2016)

*O Diretor de Secretaria informou que está sendo realizado parcialmente audiências Unas. A intenção do Juiz Titular é fazer audiências Unas em todas as iniciais.

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015- 2016
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	44,10	38,81	-12,01%	51,25	32,06%
	Ordinário	38,91	39,98	2,73%	57,15	42,94%
	Total	39,55	39,86	0,80%	56,62	42,02%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio reduzido de 44,10 dias, em 2014, para 38,81 dias, em 2015 (queda de 12,01%). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 38,91 dias, em 2014, para 39,98 dias, em 2015 (elevação de 2,73%). Sinala-se que, os dados parciais do ano de 2016, colhidos no período de janeiro a março, apontam elevação de 32,06% no prazo das audiências iniciais do rito sumaríssimo, e 42,94 % nas do rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de



audiências determinados, o que pode aumentar a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015- 2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	14,66	16,41	11,91%	11,19	-31,79%
	Ordinário	219,43	148,01	-32,55%	145,82	-1,48%
	Total	195,74	135,09	-30,98%	132,91	-1,61%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

Quando necessárias, as audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo tiveram o prazo elevado de 14,66 dias, em 2014, para 16,41 dias, em 2015 (11,91%). Todavia, o rito ordinário registrou redução da média de 219,43 dias em 2014, para 148,01 dias, em 2015 (32,55%).

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Átila da Rold Roesler	12	15	1	0	28
Evandro Luís Urnau	451	372	52	26	901
Luciano Ricardo Cembranel	39	36	8	1	84
Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	69	68	8	1	146
Paula Silva Rovani Weiler	93	69	9	16	187
Sheila Spode	31	9	1	0	41
Taise Sanchi Ferrão	100	88	16	0	204
Total	795	657	95	44	1.591
2016 (até 31/03/2016)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Evandro Luís Urnau	135	105	30	1	271
Luciano Ricardo Cembranel	49	35	10	0	94
Paula Silva Rovani Weiler	60	32	3	1	96
Total	244	172	43	2	461

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)



6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

O Diretor de Secretaria foi cientificado de que eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho vigente até 15.03.2016 e o art. 26, II, da Consolidação vigente a partir de 16.03.2016, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2015						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Átila da Rold Roesler	2	12	1	15	2	17
Evandro Luís Urnau	283	296	2	581	104	685
Laura Balbuena Valente Gabriel	0	18	0	18	0	18
Luciano Ricardo Cembranel	20	92	1	113	10	123
Marcelo Bergmann Hentschke	0	0	0	0	9	9
Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	49	13	0	62	9	71
Paula Silva Rovani Weiler	71	51	0	122	19	141
Rubiane Solange Gassen Assis	0	4	0	4	0	4
Sheila Spode	12	0	0	12	0	12
Táise Sanchi Ferrão	47	49	0	96	19	115
Total	484	535	4	1.023	172	1.195

2016 (até 31/03/2016)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Evandro Luís Urnau	72	152	2	226	11	237
Luciano Ricardo Cembranel	28	16	1	45	7	52
Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	1	34	0	35	1	36
Paula Silva Rovani Weiler	28	27	0	55	4	59



Sheila Spode	0	3	0	3	0	3
Táise Sanchi Ferrão	0	8	0	8	0	8
(Juiz não informado)	0	1	0	1	0	1
Total	129	241	3	373	23	396

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção ao §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ao processo de Consulta 5202-74.2016.5.00.0000 do CSJT.

As apurações realizadas por meio do Projeto BI, com os dados consolidados até o dia 30.04.2016, registram **22** processos com a Juíza Substituta zoneada **Táise Sanchi Ferrão** pendentes de prolação de sentença há mais de 50 dias, cuja conclusão mais antiga é datada de 27.10.2015.

Não se constataram processos pendentes de sentença há mais de 50 dias em relação aos demais juízes que atuaram na Unidade Judiciária.

No total, há **22** processos conclusos para sentença há mais de 50 dias na Unidade Judiciária.

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 03.05.2016, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 30.04.2016. Mais de 50 dias anteriores à data da consolidação dos dados: 10.03.2016)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

A divisão de trabalho na unidade é realizada de forma híbrida, por tarefa e por carteira.

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

As notificações e ofícios urgentes são realizadas de imediato, e as demais em 24 horas. As notificações para a Procuradoria Regional Federal são realizadas semanalmente.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

No dia da correição estavam sendo elaborados mandados com despachos assinados em 28.04.2016.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

A expedição de alvarás está em dia.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

As petições são apreciadas no prazo máximo de cinco dias. No dia da correição estavam sendo analisadas as petições protocoladas em 29.04.2016.



7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Na data da visita correcional estavam sendo certificados os processos com prazo expirado em 02.05.2016.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Os processos são remetidos ao TRT duas vezes por semana.

7.7 CONVÊNIOS

A Unidade utiliza regularmente todos os convênios disponíveis. Não havia processos pendentes.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento de processos é realizado quinzenalmente.

7.9 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inscrição no BNDT é feita logo após o resultado negativo da consulta feita ao Bacen, e a retirada ocorre após a garantia do juízo.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0093400-16.2005.5.04.0662 ¹	10.02.2016	2 meses e 4 dias
2	0009400-78.2008.5.04.0662 ¹	12.02.2016	2 meses e 2 dias
3	0000402-14.2014.5.04.0662 ¹	28.03.2016	16 dias
4	0201000-57.2009.5.04.0662 ²		
5	0205900-83.2009.5.04.0662 ²	30.03.2016	14 dias
6	0130000-41.2002.5.04.0662		
7	0000580-60.2014.5.04.0662 ²		
8	0207900-56.2009.5.04.0662 ²		
9	0208000-11.2009.5.04.0662	31.03.2016	13 dias
10	0202200-02.2009.5.04.0662 ²		
11	0207800-04.2009.5.04.0662 ²		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.04.2016)

¹ Expedida notificação para devolução dos autos e, posteriormente, mandado de busca e apreensão na data da consulta.

² Expedida notificação para devolução dos autos.



Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho (despachos proferidos, expedição de notificações e mandados de busca apreensão de autos) pela Unidade Judiciária para a cobrança e devolução desses processos.

7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

Conforme consulta ao sistema InFOR em 13.04.2016, verificou-se que não constam processos em carga com peritos com prazo excedido há mais de 10 dias na Unidade Judiciária.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 12 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria.

Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 13.04.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou 634 processos. Cumpre ressaltar, no entanto, que constaram dessa listagem 316 processos que não estão, de fato, sem movimentação; mas, sim, foram distribuídos em 2010 ao Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau e que, apesar de arquivados, continuam sendo computados em virtude da baixa manual efetuada em sua tramitação. Portanto, excetuados tais casos, verificam-se **318 processos parados** há mais de 30 dias na Unidade Judiciária.

Assim, o referido item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0000930-82.2013.5.04.0662
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: no período objeto de correição, os autos foram remetidos ao Regional para julgamento dos recursos das reclamadas, cujo acórdão foi publicado em 06.04.15 (fls. 357/366); negado seguimentos ao recurso de revista e agravo de instrumento ofertados pela segunda reclamada Jbs Aves Ltda., com decisão transitada em julgado em 11.02.2016 (fl. 410-v). Conclusos os autos em 18.02.2016, nesta mesma data há decisão do juízo determinando a exclusão da primeira reclamada FRS S.A., e liberação do depósito recursal (fl. 412), cujo cumprimento (expedição de alvará e notificação da parte) deu-se em 19.02.2016. A reclamada remanescente, JBS Aves Ltda. manifesta intenção de apresentar cálculos de liquidação em 02.03.2016, o que é facultado pelo juízo em decisão de 07.04.2016, sendo expedida intimação em 11.04.2016, com prazo de 30 dias a contar de 15.04.2016 (fl. 423).	
2	0000956-80.2013.5.04.0662
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: conclusos os autos em 14.10.2014 , o juízo determina a desconsideração da pessoa jurídica, o redirecionamento da execução com a inclusão das sócias no polo passivo; os mandados de citação foram expedidos	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

em **19.02.2015**, e cumpridos em 27.02.2015, sem que tenham sido localizadas as citadas (certidões das fls.115-v e 116-v). Em 13.03.2015, é determinada a citação por edital, e sucessivamente o bloqueio de valores nas contas bancárias através do sistema Bacen/Jud. Em 14.12.2015 é determinada a expedição de carta precatória a uma das Varas de Santa Maria para penhora de bens (fl. 147), o que foi cumprido na mesma data (fls. 149 e 153); o mandado foi expedido em 15.12.2015 e cumprido em 03.02.2016, sem êxito, sendo devolvida a CP em 18.02.2016. Sem outras movimentações até a remessa dos autos a esta Corregedoria. **Principal entrave:** a localização das sócias constantes do contrato social, após a desconsideração da personalidade jurídica.

3

0001143-59.2011.5.04.0662

Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. **Movimentação processual:** no período objeto de correção, os autos foram remetidos ao Regional para julgamento dos recursos das partes, cujo acórdão foi publicado em 10.10.2013, e negado seguimentos ao recurso de revista e agravo de instrumento ofertados pela reclamada, com decisão transitada em julgado em 30.03.2015 (fl. 523-v). É facultada às partes a apresentação de cálculos de liquidação (fl. 525), e diante das controvérsias, é nomeado perito contador (fl. 650) em 03.11.2015. A perita nomeada em substituição retira os autos em carga em 15.12.2015 (fl. 654) e apresenta laudo contábil em 04.03.2016, embora tenha lhe sido concedido o prazo de 20 dias (nos termos das decisões das fls. 650 e 653). Não houve cobrança dos autos pela Vara.

4

0000034-73.2012.5.04.0662

Aspectos gerais dos autos*: devolução dos autos sem identificação do servidor (fls.1011, 1080 e 1100). **Movimentação processual:** em 05.02.2015, são homologados os cálculos de liquidação (fl. 1009), sendo inicialmente dada a vista ao órgão arrecadador e posteriormente citada a reclamada (em 17.04.2015). Não havendo o pagamento ou indicação de bens à penhora, o juízo determina o bloqueio de valores nas contas bancárias da executada e sucessivamente a expedição de carta precatória para penhora (em 06.05.2015, fl. 1016). As partes informam a possibilidade de acordo, que é homologado em audiência de 04.08.2015 (fl. 1069). Há petição da reclamada com protocolo no dia 07.02.2016, que não havia sido apreciada até a data em que foram remetidos os autos a esta Corregedoria. **Principal entrave:** a reclamada vem cumprindo o acordo, cujos pagamentos vencerão mensalmente até julho de 2016. O autor, contudo, pretende a constituição de capital que assegure o pagamento de pensão mensal (decorrente do acidente de trabalho) e discorda do bem oferecido pela reclamada conforme petição das fls. 1084/1087.

5

0000374-46.2014.5.04.0662

Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. **Movimentação processual:** sentença líquida (fls. 87/98), publicada em 20.11.2014, data em que intimadas as partes (fls.99/100); o reclamante apresenta recurso ordinário em 01.12.2014 (fls. 103/112). Os autos são remetidos ao Regional em 19.05.2015 (fl. 132) e o acórdão é publicado em 30.09.2015, com trânsito em julgado certificado em 04.11.2015 (fl. 161-v). Os autos retornam à Vara em **10.11.2015**; em **03.02.2016**, é determinada a retificação dos cálculos de liquidação (fl. 163) e a citação da reclamada, expedida em 12.02.2016; a reclamada apresenta petição em **26.02.2016** que somente é analisada em **06.04.2016**.

6

0000673-57.2013.5.04.0662

Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. **Movimentação processual:** trânsito em julgado da decisão em 03.11.2015 (fl. 137-v), o juízo faculta a apresentação de cálculos de liquidação pelas partes em 10.11.2015 (fl. 139). A reclamada apresenta laudo contábil em 24.11.2015 (fl. 148), que são impugnado pelo autor (fl. 152), persistindo a controvérsia entre as partes, sem que tenha havido intervenção do juízo.



7

0000282-39.2012.5.04.0662

Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. **Movimentação processual:** Homologados os cálculos em 17.09.2014 (fl. 228), e citada a reclamada em 05.12.2014 (por oficial de justiça, fl. 237-v). Não sendo localizado patrimônio da empresa para satisfação dos créditos, o juízo determina o redirecionamento da execução aos bens dos sócios em 07.04.2015 (fls. 254/255). Em 10.04.2015 são expedidas as citações e sucessivamente o bloqueio de valores nas contas bancárias através do sistema Bacen/Jud, sem êxito. É designada audiência para tentativa de conciliação em **24.09.2015**, mas as partes não comparecem (fl. 289). Autos sem movimentação até **18.01.2016**, quando o juízo determina a penhora de bens imóveis (fl. 292), com mandado expedido em 20.01.2016 e cumprido em 11.02.2016; ciência à proprietária (fl. 300-v) e ofício do registro de imóveis certificando a indisponibilidade do bem (fls. 301/303), protocolo de 31.03.2016, sem despacho ou outras movimentações até a remessa a esta Corregedoria.

8

0000220-96.2012.5.04.0662

Aspectos gerais dos autos: termo de conclusão firmado por estagiário (fl. 563). **Movimentação processual:** os autos foram remetidos ao Regional para julgamento dos recursos das partes, cujo acórdão foi publicado em 26.03.14 (fls. 501/510); negado seguimentos ao recurso de revista e agravo de instrumento ofertados pela segunda reclamada Jbs Aves Ltda., com decisão transitada em julgado em 17.08.2015 (fl. 556-v). Conclusos os autos em 28.10.2015, nesta mesma data há determinação para que as partes se manifestem quanto ao interesse em apresentar cálculos de liquidação. Em 13.11.2015, é concedido prazo para que a segunda reclamada apresente cálculos de liquidação, em vinte dias. A última impugnação do autor foi apresentada em **19.02.2016** (fl. 640), e não foi despachada até a data em que requisitados os autos por esta Corregedoria.

9

0000514-17.2013.5.04.0662

Aspectos gerais dos autos*: devolução dos autos sem identificação do servidor (fl. 1021). **Movimentação processual:** os autos foram remetidos ao Regional para julgamento dos recursos das partes, com decisão transitada em julgado em 07.04.2015 (fl. 955); é nomeado perito contador em 02.06.2015 (fl. 962), que apresenta laudo contábil em 26.06.2015 (fls. 968/1011), e os cálculos são homologados em decisão de 13.10.2015 (fl. 1013). A citação foi expedida em 20.11.2015 (fl. 1015). A primeira reclamada foi citada em 13.02.2016 (fl. 1025). Em 17.03.2016, face ao não pagamento dos valores ou indicação de bem à penhora, o juízo determina o bloqueio de valores nas contas bancárias da primeira executada via sistema BACEN/Jud (fl. 1026); sendo ineficazes as consultas realizadas (em 28/03, 30/04 e 01/04), é expedida carta precatória para penhora em 12.04.2016 (fl. 1036).

10

0001260-84.2010.5.04.0662

Aspectos gerais dos autos*: devolução dos autos sem identificação do servidor (fl. 886, 898). **Movimentação processual:** os autos foram remetidos ao Regional para julgamento dos recursos das partes, sendo negado seguimentos ao recurso de revista e agravo de instrumento, com decisão transitada em julgado em 16.03.2015 (fl. 719-v). Conclusos os autos em 26.03.2015, é facultada às partes a apresentação de cálculos de liquidação (fl. 722); em 09.09.2015, persistindo as controvérsias acerca dos cálculos, o juízo nomeia perita contadora (fl. 826), que apresenta o laudo em 20.10.2015; os cálculos são homologados em 22.10.2015, e a citação expedida em 04.12.2015; em 12.01.2016, é determinado o bloqueio das contas bancárias pelo sistema BACEN/Jud (fl. 887), em 22.01.16, a reclamada deposita o valor total da condenação e apresenta embargos à execução, recebidos em 28.01.2016; notificado, o autor apresenta impugnação à sentença de liquidação e requer a liberação do valor incontroverso, em petição protocolada em 16.02.2016 e não analisada até a data em que remetidos os autos a esta Corregedoria.



11

0000183-35.2013.5.04.0662

Aspectos gerais dos autos*: devolução dos autos sem identificação do servidor (fl. 587 e 617). **Movimentação processual**: trânsito em julgado da decisão em 03.12.14, o juízo faculta às partes a apresentação de cálculos de liquidação em 19.01.2015 (fl. 584); a reclamada apresenta laudo contábil em 09.04.2015 (fls. 597/615); diante da impugnação do autor (fl. 621), o juízo nomeia perito contador para realização dos cálculos, determinando a liberação dos valores do depósito recursal ao reclamante (em 24.04.2015, fl. 622); o laudo contábil é protocolado em 26.06.15 e o cálculo é homologado em 01.07.2015 (fl. 701); a reclamada requer prazo de 15 dias para comprovar implementação de pensão mensal em folha de pagamento, bem como constituição de capital, afirmando estar em tratativas de acordo; o prazo foi concedido independentemente de notificação em **12.02.2016**, e desde essa data, não houve mais movimentação processual. Ressalva-se ter sido expedido alvará ao autor no valor líquido da sentença descontado dos depósitos recursais (alvará datado de 28.04.2015, fl. 623).

12

Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. **Movimentação processual**: em 01.09.2014, o juízo homologa o acordo firmado pelas partes nos termos da petição conjunta da fl. 260, a exceção da discriminação das parcelas, e ressalvando que os honorários periciais, as contribuições previdenciárias e as custas remanescem como encargo da executada (fls.264/265). A executada é notificada para pagamento destas despesas no prazo de 30 dias, a contar de 12.09.2014. A execução se processa por carta precatória a ser cumprida pela 1ª Vara do Trabalho de Joinville, sem êxito na localização da reclamada nos termos da certidão de 18.01.2016, fl. 322).

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as **práticas irregulares** da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 13.04.2016.

Autos aguardando arquivamento – Processos Exemplos:	
0000243-76.2011.5.04.0662	
Carta precatória devolvida à origem sem andamento – Processos Exemplos:	
0000290-16.2012.5.04.0662	
Demora no impulso processual – Processos Exemplos:	
0232000-46.2007.5.04.0662	0000371-91.2014.5.04.0662
0000842-10.2014.5.04.0662	0000386-94.2013.5.04.0662
0000623-02.2011.5.04.0662	0031100-13.2008.5.04.0662
0000058-67.2013.5.04.0662	0000847-66.2013.5.04.0662
0000877-09.2010.5.04.0662	0000381-72.2013.5.04.0662
Registros desatualizados – Processos Exemplos:	
0000211-03.2013.5.04.0662	0000114-66.2014.5.04.0662



0000157-03.2014.5.04.0662	0000155-67.2013.5.04.0662
0000938-59.2013.5.04.0662	0000297-37.2014.5.04.0662
Processo reunido a outro sem registro no InFOR – Processos Exemplos:	
0199800-15.2009.5.04.0662	0001189-82.2010.5.04.0662
0199500-53.2009.5.04.0662	0001294-59.2010.5.04.0662
Petição protocolada aguardando apreciação do Juízo – Processos Exemplos:	
0000221-13.2014.5.04.0662	0001260-84.2010.5.04.0662
0000503-51.2014.5.04.0662	0000030-02.2013.5.04.0662
0000786-11.2013.5.04.0662	0022500-52.1998.5.04.0662
Processo aguardando remessa ao TRT para julgamento do(s) recurso(s) – Processos Exemplos:	
0054200-12.1999.5.04.0662	
Registrar suspensão/sobrestamento do processo no InFOR – Processos Exemplos:	
0000901-32.2013.5.04.0662	0000902-17.2013.5.04.0662

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação do Diretor de Secretaria a Unidade **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “*ipsis litteris*” o art. 18, I, supracitado.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação do Diretor de Secretaria o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento. Informou, ainda, que no caso de haver parcela indenizatória o valor é liberado antes da apresentação do cálculo.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Conforme informação do Diretor de Secretaria o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de



48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária (art. 18, V, “g”, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho de 2012 e art. 26, V, “g” da Consolidação vigente a partir de 16.03.2016). Tal constatação é relativa ao período anterior ao novo Código de Processo Civil, não havendo, ainda, procedimento apurado após.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 17.09.2014.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 02.05.2016 e na Unidade Judiciária no dia da correição. A posição, na data da visita correicional, é a que segue:

Agrupador	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos com petições avulsas	-		
Com habilitações nos autos não lidas	01	0020278-81.2016	02/05
Com pedido liminar ou de antecipação de tutela não apreciado	-		
Com petições não apreciadas	26	0020479-67.2016	28/04
Mandados devolvidos OJ	07	0021128-72.2015	02/05

Pasta	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Apreciar urgentes	-	-		
Apreciar dependência	-	-	-	-
Aguardando cumprimento de providência	1- Conhecimento	351	-	-
Analisar expediente da secretaria	1- Conhecimento	01	0020239- 55.2014	04/05
Análise do Conhecimento	1- Conhecimento	-	-	-
Prazos vencidos	1- Conhecimento	-	-	-
Triagem inicial	1- Conhecimento	03	0020578- 43.2016	04/05
Aguardando cumprimento de providência	2-Liquidação	25	-	-
Aguardando término dos prazos	2-Liquidação	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Análise de Liquidação	2-Liquidação	02	0020091-44.2014	02/05
Prazos vencidos	2-Liquidação	-	-	-
Aguardando cumprimento de providência	3-Execução	51	-	-
Aguardando término dos prazos	3-Execução	-	-	-
Análise de Execução	3-Execução	55	0020621-14.2015 (subpasta Nelson)	25/01
Controle de Sobrestamento/Suspensão	3-Execução	01	0020690-46.2015	28/04
Iniciar execução	3-Execução	06	0020645-42.2015	20/04
Prazos vencidos	3-Execução	-		

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe em 02/05/2016 e na data da correição 04/05/2016)

No dia 02.05.2016 havia apenas três agrupadores com processos, situação que se repetiu no dia da inspeção, conforme consignado no quadro acima. Nota-se a praxe de manter atualizados os agrupadores, não obstante o processo 0020479-67.2016.5.04.0664, constante do agrupador “Processos com petições não apreciadas”, já não se encontre mais em tal situação. Vale lembrar que manter os agrupadores atualizados facilita o controle da movimentação dos processos.

De outra parte, a Vara está bem organizada em relação às tarefas e caixas criadas no interior das tarefas o que facilita a visualização e compreensão dos andamentos processuais executados nos processos eletrônicos. Apenas algumas considerações:

No Processo 0020039-14.2015.5.04.0662 houve acordo homologado em audiência, cuja última parcela foi apazada para 21.12.2015 e o pagamento de honorários periciais 30 dias após. A intimação da reclamada para que comprove o pagamento da verba honorária só ocorreu em 03.05.2016.

No processo 0020197-69.2015.5.04.0662 houve nomeação de perita para a elaboração dos cálculos de liquidação em 20 dias. Endereçado e-mail à contadora em 15.01.2016, mesmo dia do despacho, não houve cobrança da Vara do Trabalho quanto à ausência do laudo ou o excesso de prazo, e referida profissional manifestou-se apenas em 28.04.2016, quando requereu mais 40 dias de prazo para elaboração do laudo.

Na tarefa “Minutar Decisão - Liq”, o processo 0020695-68.2015.5.04.0662 está pendente desde 18.04.2016; o perito apresentou cálculos de liquidação em 15.04.2016, e o processo está concluso até a presente data.

Na tarefa “Análise de Execução”, subpasta “Nelson”, no Processo 0020621-14.2015.5.04.0662 foi expedido mandado de citação em 07.12.2015, havendo despacho cobrando informações apenas em 03.05.2016; no processo 0020691-31.2015.5.04.0662, foi determinada a expedição de mandado de penhora em 24.11.2015, o que só ocorreu em 03.05.2016. Na subpasta “Retorno de mandados” há processos pendentes desde 31.03.2016 (0020234-96.2015.5.04.0662), além de outros pendentes desde 04.04.2016.



Chama atenção o fato de a tarefa “Análise de Conhecimento” possuir 23 processos na apuração feita em 02.05.2016, com pendências desde 20.04.2016, e no momento da correição não haver qualquer processo na tarefa, a demonstrar um esforço da Unidade na atualização dos andamentos processuais no período que antecedeu a correição. Cumpre enfatizar, ainda, os processos antes mencionados com lapsos grandes de inércia e movimentação apenas no dia 03.05.2016.

De outra parte, percebe-se que o período entre o encerramento da instrução e a transferência do processo correspondente para a tarefa “Minutar sentença” observa a previsão do art. 228 do novo CPC. Nesse sentido, cita-se, por amostragem, os processos da subpasta “Evandro Luís Urnau” (0020941-64.2015.5.04.0662), subpasta “Luciano Cembranel” (0020998-82.2015.5.04.0662), subpasta “Taíse Ferrão” (0020167-34.2015.5.04.0662).

10 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A Unidade encontra-se organizada, com servidores e Magistrados empenhados na busca de uma prestação jurisdicional célere. As instalações físicas são excelentes e atendem as necessidades da unidade, a qual contempla dois gabinetes para juízes.

Apesar da adesão parcial dos servidores à greve, que perdurou de 16.06.2015 a 01.10.2015, e posteriormente férias de parte dos servidores, as rotinas de secretaria elencadas no item 7 demonstram uma excelente movimentação processual. Em relação ao PJe, a par das situações pontuais apontadas no item 09 supra, a Unidade também apresenta um bom fluxo de trabalho.

Na análise dos dados estatísticos da unidade, constata-se que houve um aumento de 20,25% no número de processos pendentes de solução em relação ao ano anterior, na medida em que a quantidade de casos novos superou a de processos solucionados. As demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, nesse mesmo período, também apresentaram um aumento nos seus acervos de processos.

No que tange à movimentação processual constata-se que nas fases de conhecimento, liquidação e execução ocorreu uma pequena elevação no número de processos em relação ao ano de 2014, contudo, ressalta-se positivamente que em todas as fases a unidade possui desempenho superior àqueles obtidos pelas unidades similares à 2ª Vara do Trabalho de Passo Fundo e a do TRT4.

Importante mencionar que a constante verificação e correção dos incidentes processuais no sistema informatizado merece uma atenção especial da unidade, uma vez que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

Destaca-se positivamente o prazo médio de tramitação processual nas fases de conhecimento, liquidação e execução, sendo mais célere do que a média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e a média do TRT4, e há que se destacar os ótimos prazos médios para as audiências iniciais e prosseguimento.



Registra-se, ainda, que apesar do expressivo número de processos que tramita na Unidade, existe empenho e comprometimento dos servidores, fatores que refletem no reduzido prazo para apreciação do protocolo, para certificação do prazo e para cumprimento de despachos.

Destaca-se o empenho dos juízes que atuaram na unidade durante o período correccionado, pelo expressivo número de audiências realizadas, bem como pelo número de processos solucionados no mencionado período, que demonstram o comprometimento com a prestação jurisdicional.

Por fim, diante do acima relatado, a Unidade merece ser parabenizada pelo ótimo andamento do trabalho.

11 RECOMENDAÇÕES

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), de forma que a meta CNJ 1/2015 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)

Considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.3), recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida em relação a 20% dos maiores litigantes (item 5.1.5).



12 DETERMINAÇÕES GERAIS

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;

b) sempre que determinada a redistribuição de processos a outras unidades judiciárias, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.5.3.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;

b) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquela verificada no processo nº 0000282-39.2012.5.04.0662.

ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)

Determina-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para manter os prazos em dia de forma constante, independentemente da data da próxima correição.

13 DETERMINAÇÕES ESPECÍFICAS

13.1 SECRETARIA

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.5.3**, com o registro no campo “**quitado**” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011.

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à decisão dos embargos de declaração do processo nº 0120400-



88.2005.5.04.0662 e da antecipação de tutela no processo 0020577-92.2015.5.04.0662;

- b) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e não recebimento da impugnação à sentença de liquidação apresentada pela parte autora no processo nº 0001400-55.2009.5.04.0662.

ITEM 6.3 (Prazo médio das audiências iniciais)

Determina-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT.

ITEM 7.10.1 (Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.1 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPR.

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem apontou **318 processos sem movimentação há mais de 30 dias**. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) archive processos como o de nº 0000243-76.2011.5.04.0662, dentre outros;
- b) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito em processos como os de nº 0232000-46.2007.5.04.0662, 0000371-91.2014.5.04.0662, 0000842-10.2014.5.04.0662, 0000386-94.2013.5.04.0662, 0000623-02.2011.5.04.0662, 0031100-13.2008.5.04.0662, 0000058-67.2013.5.04.0662, 0000847-66.2013.5.04.0662, 0000877-09.2010.5.04.0662, 0000381-72.2013.5.04.0662, dentre outros;
- c) dê andamento às Cartas Precatórias devolvidas à origem como a de nº 0000290-16.2012.5.04.0662, dentre outras;
- d) efetue a remessa de autos ao TRT como do processo de nº 0054200-12.1999.5.04.0662, dentre outros;
- e) atualize os registros de processos como os de nº 0000211-03.2013.5.04.0662, 0000114-66.2014.5.04.0662, 0000157-03.2014.5.04.0662, 0000155-67.2013.5.04.0662, 0000938-59.2013.5.04.0662, 0000297-37.2014.5.04.0662, dentre outros;



- f) diligencie para apreciar as petições protocoladas em processos como os de nº 0000221-13.2014.5.04.0662, 0001260-84.2010.5.04.0662, 0000503-51.2014.5.04.0662, 0000030-02.2013.5.04.0662, 0000786-11.2013.5.04.0662, 0022500-52.1998.5.04.0662, dentre outras;
- g) registre a reunião, suspensão/sobrestamento no inFOR, conforme determinado, nos processos de nº 0199800-15.2009.5.04.0662, 0001189-82.2010.5.04.0662, 0199500-53.2009.5.04.0662, 0001294-59.2010.5.04.0662, 0000901-32.2013.5.04.0662, 0000902-17.2013.5.04.0662, dentre outros.

ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)

Determina-se à Unidade Judiciária que impulse os processos constantes da tarefa “Análise de Execução”, caixa “Retorno de mandados”.

13.2 MAGISTRADOS

ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que a Juíza **Táise Sanchi Ferrão** apresente plano de trabalho para efetiva redução de seu resíduo no prazo de 5 dias, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão.

O cumprimento dessa determinação será acompanhado pela Secretaria desta Corregedoria, mediante expediente próprio.

ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico - PJe)

Determina-se ao Juiz **Luciano Ricardo Cembranel** que profira decisão no processo 0020695-68.2015.5.04.0662 em 48h.

14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Titular, o Diretor de Secretaria e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na 1ª Vara Trabalho de Passo Fundo no dia 04.05.2016, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceram os representantes da OAB/RS Subseção local, recebidos em grupo, os advogados: Flávio Benvegno Júnior, Gilberto Pens, Juliano Kaiser, Renan Dutra, Luciano de Araújo Migliavacca e Morgana Bordignon, elogiaram o atendimento e funcionamento da 2ª Vara do Trabalho de Passo Fundo. Estiveram de forma individual os advogados Ademar Toffoli, Patrícia Pádua e Jamile Moyses. Também compareceram os Procuradores da Fazenda Pública Marcelo Polo e Marcos Paulo Sandri requerendo a uniformidade do prazo para contestação em anulação de auto de lançamento. Compareceram representantes da Rádio Planalto e do Jornal Diário da Manhã.



15 PRAZO PARA RESPOSTA

15.1 O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria (exclusivamente pelo e-mail assjcor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

15.2 A Juíza Taíse Sanchi Ferrão deverá atender as determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.

O juiz Titular **Luciano Ricardo Cembranel** deverá proferir decisão na forma estabelecida nesta ata.

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Titular, Luciano Ricardo Cembranel, pelo Diretor de Secretaria, Volmar Bido, e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy de Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

A presente ata foi assinada e publicada nesta data em razão da participação da Corregedora Regional no curso da ENAMAT, de 10 a 13.05.2016, bem como no COLEPRECOR, nos dias 18 e 19.05.2016.

Maria da Graça Ribeiro Centeno
Corregedora Regional